

## A RESTAURAÇÃO ÉTICA DA SOCIEDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO POLÍTICA E DA CIDADANIA

*Roberto Batista de Souza<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo tem o propósito de analisar as estruturas gerais educacionais da sociedade brasileira no século XXI, elencando suas bases conceituais e históricas, algumas características pedagógicas, e propondo por meio de revisão bibliográfica estratégias que sejam dinâmicas, interdisciplinares, reflexivas, éticas e politizadas para que o ensino atue mais eficazmente no alcance da formação e do desenvolvimento contínuo do cidadão consciente e socialmente atuante. O principal resultado almejado é a potencialização do combate ao preconceito e aos múltiplos níveis e formas de discriminação social, étnica, de gênero, cultural e econômica em um país historicamente complexo como o Brasil.

**Palavras-chave:** Política; Educação; Cidadania; Discriminação.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the general educational structures of Brazilian society in the XXI century, laying out their conceptual bases, pedagogical characteristics and proposing, through a bibliographical review, strategies that are dynamic, interdisciplinary, reflexive, ethical and politicized so that teaching act more effectively in the attainment of training and the continuous development of the consciously and socially active citizen. The main objective is to combat prejudice and multiple levels and forms of social, ethnic, gender, cultural and economic discrimination in a historically complex country such as Brazil.

**Keywords:** Policy; Education; Citizenship; Discrimination.

### INTRODUÇÃO

A proposta primordial deste artigo é refletir sobre a inexorável necessidade do desenvolvimento qualitativo das bases educacionais brasileiras no que diz respeito às práticas curriculares pedagógicas, estratégias didáticas e direcionamentos politizados em todos os níveis da educação formal brasileira, tanto em suas características básicas como na contextualização de suas teorias e

---

1 Licenciado em História pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada de Mogi Mirim-SP e Pós-Graduado em Política e Sociedade pela Faculdade de Educação São Luiz de Jaboticabal-SP. Professor do UNIESI – Centro Universitário de Itapira-SP. geoprofessor.roberto@gmail.com

conceitos, ligando-as com a vivência e com a experiência da sociedade da qual participa o aluno. Tais propostas assumem que o ensino de todas as matérias deve valorizar e atuar os saberes de forma politizada e reflexiva e não apenas mecânica, intelectualmente engessada e com enfoque unidirecional.

Para o combate ao preconceito e aos múltiplos níveis e formas de discriminação social, econômica, política, étnica, cultural e de gênero, em um país historicamente complexo como o Brasil, é preciso começar a partir dos fundamentos da sociedade em suas raízes, conscientizando a população sobre valores éticos e morais intrínsecos aos mais altos níveis de convivência, conexão e relacionamento, potencializando o caráter socializante, politizado e coletivo de cada um. Para que tais direcionamentos epistemológicos sejam efetivos, devem ser trabalhados com muita ênfase desde a mais tenra infância no ambiente informal e, sobretudo, na educação formal.

Dessa forma, é imensa a importância da educação bem alinhada com os saberes éticos, políticos e sociais, que vise a uma reflexão sociológica ligada a conscientização educacional sobre os problemas econômico-sociais gravíssimos e em potencial crescimento na atualidade.

É necessário que as políticas públicas educacionais forneçam, por meio de sua autoridade e protagonismo, os subsídios e investimentos necessários multiplicados em muito em relação ao que hoje é feito, para que hajam transformações desejáveis no seio da sociedade brasileira.

É preciso teorizar, cientificamente, a relevância dos saberes humanos ensinados desde o ensino fundamental até o ensino superior de forma a integrar o estudante ao universo complexo, multidisciplinar e reflexivo da sociedade para que o mesmo possua gabarito e erudição intelectual para compreender conceitos, teorias, fatos ou fenômenos – tanto históricos como atuais – e conseguir comparativamente perspectivas que elenquem a mais adequada perspectiva de cada teoria para a criação de novas propostas e saberes a serem utilizados pelo próprio estudante em seu cotidiano e ao término de seu período escolar como cidadão ativo, reflexivo, que pensa politicamente e age coletivamente.

Entende-se a própria sociedade brasileira sob a perspectiva analógica de um laboratório fascinante de estudos sobre a desigualdade social, econômica, e as contradições e complexidades políticas, culturais e étnicas. Mas falar em política é analisar participação, compartilhamento e interesse contínuo no desenvolvimento da sociedade, e não apenas o individual. E este formidável “laboratório” que é representado pelo próprio cotidiano social brasileiro não está sendo devidamente aproveitado para os processos de ensino-aprendizagem formais e informais conforme aqui se preconiza:

Todos os objetos que fazem parte da vivência, das experiências do homem, modificam-se ou evoluem; a mente humana não consegue imaginar tais objetos alienados dessa mudança constante: é o que Aristóteles chamava “movimento”. Também esses mesmos objetos só podem ser percebidos em contínua interação uns com os outros, sempre estabelecendo relacionamentos; nunca isolados (CROCETTI, 2012, p. 9).

É preciso que se analisem profundamente esses processos para gerar ação, proatividade social, consciência política e gabarito para fiscalizar e cobrar os setores públicos em todas as suas atribuições, potencializando sua ação para que atuem com um direcionamento inteligente e prático de recursos para o Sistema Educacional a fim de, inicialmente erradicar o analfabetismo em todas as suas manifestações, para concomitantemente desenvolver estruturas educacionais, econômicas, políticas, jurídicas, legislativas, sociais e culturais harmônicas, equilibradas e pautadas em justiça.

É o mínimo a se considerar e agir para dar início a uma revolução intelectual neste país, conforme reflete Freire (2002) sobre as contradições sociais e a ação que sobre elas deve tomar todo o educador, e todo o cidadão que se preocupa e valoriza a educação e o aprendizado para a excelência do indivíduo e do coletivo:

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correremos o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no **indiferentismo fatalistamente cínico** (grifo meu) que leva ao cruzamento de braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar (FREIRE, 2002, p. 74).

A profundidade do tema sobre uma educação bem posicionada eticamente indica a elevação do homem para que se torne autônomo, empático, responsável e crítico contumaz das injustiças e conformidades a que está submetido desde criança e que levam grande parte da sociedade a um depressivo-coletivo e a uma letargia intelectual que tem por consequência um egoísmo indesejável e nocivo para a sociedade, o que fere profundamente a ética sob diversas e nefastas perspectivas.

Torna-se, então, indispensável a readequação e reformulações das políticas públicas e a participação mais ativa das instituições privadas com responsabilidade social educacional, para responderem às necessidades dos diversos

grupos sociais no Brasil – necessidades complexas e de difícil compreensão – pois envolvem uma miríade de projetos de ações de desenvolvimento para a comunidade social e educacional que devem se ater a Educação como prioridade, pois as estratégias educacionais e administrativas públicas tem condições para envolver e desenvolver o gradual aperfeiçoamento e manutenção de toda a estrutura social e econômica, que devem, portanto, estar intrinsecamente ligadas as políticas educacionais em prol do atendimento da comunidade escolar.

## **1. A EDUCAÇÃO BEM DIRECIONADA DETERMINA A FORMAÇÃO SOCIAL**

As estruturas educacionais são, sem sombra de dúvida, determinantes na formação da personalidade do ser, do caráter do indivíduo, da ética do cidadão, da sociabilidade e da capacidade de relacionamento da sociedade, de forma que a falta de investimentos e aprimoramentos contínuos na educação de forma geral afetam diretamente a saúde social de um país.

Um exemplo claro se apresenta no fato de que tanto a educação formal em escolas, como a informal no cotidiano do cidadão sempre formou quase todas as lideranças no país, inclusive as políticas, administrativas, tecnoprodutivas, acadêmicas e sociais.

De maneira ousada, pode-se considerar que a escola, aliada a cultura geral, familiar, social e moral, sempre foi uma “fábrica” de pessoas para atuarem na sociedade e no mercado de trabalho, mas com que competência ética?

O que se percebe, pelos resultados alarmantes de contradições sociais na atualidade, é que parte relevante da população brasileira está carente da percepção e da noção de unidade e coletivização, distante da reflexão moral e do pensamento complexo social, acrítica no sentido ético e na capacidade relacionar-se com outrem, e morosa na atuação eficaz e coletiva para desenvolver os mecanismos de aprimoramento sociais, educacionais e profissionais no país.

E, para se chegar a níveis diferenciados de educação, é preciso haver realmente vontade política, dos altos decisores econômicos e da própria população, para que se trabalhem o resgate do interesse de crianças e jovens pelo ensino com caráter amplo, socialmente fundado e politizado.

É de inexorável importância a gradual e incessante busca por reformular o currículo e os planejamentos educacionais, a fim de que o ensino esteja sempre contextualizado com a realidade do discente e seja atraente ao público infantil

e adolescente, tanto em conteúdo como em didática, estimulando o questionamento, a dúvida, a criatividade e a curiosidade, conforme preconiza (Freire, 2002), que aponta a necessidade de tais estímulos ligados aos contextos sociais e políticos do jovem, ligados a essência do processo educacional e da capacidade cognitiva e social de alunos e professores, orientando-os a se engajar na busca pelo desenvolvimento da sociedade e na resistência aos problemas que cerceiam e contaminam a própria cultura da educação brasileira:

Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída (FREIRE, 2002, p. 35).

Para uma formação social concisa e eficaz que prime a igualdade e o respeito à alteridade de forma sofisticada e efetiva, o sistema educacional precisa orientar e estimular nos educandos habilidades de construção complexa de consensos de forma equilibrada e dialógica, desenvolvendo capacidade para solucionar conflitos e evoluir pensamentos de forma gradual, desde os primeiros anos de ensino até o ensino superior, elevando a capacidade da mentalidade individual e ação coletiva do cidadão brasileiro para a atuação ética, reflexiva e intelectual em busca de caminhos e respostas sobre as diversas manifestações de contradições sociais.

É extremamente desejável que um aluno – e é claro, um professor – agindo como cidadãos, tenham condições de questionar situações de miséria, prostituição, tráficos e criminalidade de menores: Que mundo criou nossa juventude? Qual será a constituição psicológica legada pela política e pela sociedade brasileira que permite a um menino pré-adolescente tornar-se um assassino em série? Que amadurecimento nós proporcionamos e (educação, cultura, política, família) incentivamos nos intelectos e emoções de nossos cidadãos?

## 2. EDUCAR COM CARÁTER POLITIZADO, REFLEXIVO E DINÂMICO

É importante ressaltar a relevância do tema, visto as dificuldades que o sistema de educação sempre enfrentou pelos interesses de agentes decisores públicos e privados, direta ou indiretamente, nos rumos da educação brasileira de forma a alijar, diminuir a carga horária ou mesmo privar a sociedade de disciplinas sociais,

políticas e humanas imprescindíveis em sala de aula, que por sua vez versassem sobre a importância inegável da política em seus diversos contextos.

Historicamente, existe uma falta de informações coerentes e contextualizadas sobre o próprio papel social e político do cidadão no Brasil, que foi resumido à mão de obra técnica e conteudista: uma educação para parte massificada e setores produtivos do mercado de trabalho, o que se perpetua até a atualidade em detrimento de um currículo mais diversificado conforme correntes de pensamento curriculares pós-críticas que seriam muito mais bem aproveitadas para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, afetiva e social no aluno-cidadão.

Tal direcionamento levaria a mudanças de paradigmas que de forma simples pode-se analisar por meio de reflexos sociais das questões que se fazem ao jovem, como: O que você **quer ser** quando crescer ou se formar? Ora, para “ser” alguém importante e relevante na sociedade atual é preciso possuir determinados requisitos profissionais e técnicos apenas? Para ser é preciso possuir condições predeterminadas pela cultura econômico-social, ou seja, é preciso “ter”?

A essência do ser humano é a convivência, compartilhamento, sociabilidade e solidariedade. “Ser” para a raça humana deveria ser representado – especialmente na formação educacional, familiar e escolar – por meio de ações éticas, pensamentos profundos, complexos e criativos sobre relacionamentos de qualidade, idoneidade e respeito, e hábitos que levem a estilos de vida que privilegiem a sensibilidade, caráter elevado e altos valores morais e coletivos.

Paulo Freire (2002) elucida a coragem, a construção do saber ético e o senso de desafio em busca da grandeza do conhecimento de que o educador e a sociedade devem lançar mão na formação do cidadão brasileiro:

Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção e construção... ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos e nem formar; é ação pela qual o sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado (FREIRE, 2002, p. 25).

Manter a excelência da qualidade da convivência somada a ações positivas e benéficas a si e ao coletivo resultando em condições adequadas e acima do mínimo de dignidade e sobrevivência e desenvolvendo as condições materiais, como resultado e não como essência são relevantes e parte do processo.

É extremamente aconselhável para uma restauração ética, moral e cidadã, que a educação busque e siga uma certa hierarquia de valores e ações propositivas para avivar as interconexões e comunicabilidade salutares na sociedade: primeiro educa-se a criança e o jovem a “**ser**”, depois a “**fazer**” e então a

saber “**ter**”. Um trinômio de conceitos e práticas humanas que será cíclico é claro, mas que não pode girar para trás, deve formar bases e fundamentos para depois concluir a construção.

É claro que é importante o trabalho, a profissão, a técnica e seus excelentes resultados para sustentar os modos de produção e a economia, mas precisa estar no topo da pirâmide das conquistas humanas e sociais, tendo o ser e o fazer como bases.

Questões de social, político, profissional e cultural são a prova de que as hierarquias estão sendo invertidas há séculos no Brasil como, por exemplo: Como você pretende transformar tua cidade quando crescer? Qual será sua participação na política deste país ao se formar? De que forma pretende continuar seus estudos para publicar ideias e conceitos que transformem positivamente nossa democracia? O que tem feito para desenvolver a qualidade de vida no bairro em que mora? E o que está planejando fazer com o que está aprendendo na escola?

A linguagem, a didática e as táticas sobre como são expressos os saberes sociais no currículo, livros didáticos e aulas são de extrema relevância, pois é necessário primeiramente encantar o aluno sobre o tema e os resultados sociais que obterão se absorverem as bases para pensamentos politizados e sociais. No entanto, não é o que a história da educação no Brasil nos conta, sendo exatamente o contrário, conforme exemplo do cientista político bastante claro, burlesco e irônico de Ribeiro (1986), sobre a falta de didática no Brasil para interpretar os assuntos mais importantes de uma sociedade:

Mas há também os cientistas políticos, gente séria em que se pode confiar, que não quer enganar ninguém. Mas eles escrevem tão complicado que somente aqueles que já sabem entendem o que eles dizem. O que eles dizem não ajuda o povo a pensar. O povo deseja pensar? O povo aprendeu, certo ou errado não interessa, que pensar não faz diferença. Então o melhor é não pensar. Pensar dá muito trabalho e não leva a nada (RIBEIRO, 1986, p. 13).

Essas didáticas estratégicas e conceitos reflexivos, positivamente questionadores que aqui se apresentam, podem levar a uma revitalização gradual da sociedade por meio da educação alinhada com conteúdos sobre a política participativa e dinâmica e ligada muito mais intensamente a disciplinas de Sociologia, História, Geopolítica, Filosofia, Psicologia e também incorporada ao currículo escolar como disciplina autônoma, sendo ministrada com maestria por professores motivados, estudados e treinados para tanto, o que gerará no

aluno um interesse formidável pelo desenvolvimento do todo, do coletivo, do próximo, enfim, da sociedade, combatendo a exacerbada individualidade da qual somos vítimas patológicas na história e, infelizmente, na atualidade também.

Neste raciocínio Freire (2002, p. 64) aponta que:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem ‘tratar’ sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a **consciência de sua inconclusão** (grifo meu) é que gerou sua educabilidade.

É preciso também que o poder público atue nesse sentido para promover investimentos capitais e logísticos para uma melhor educação no país e desenvolver novas linhas de conteúdos politizados, reflexivos e dialógicos nas grades curriculares de forma a demandar com mais perspicácia o direcionamento das práticas de convivência, ética, idoneidade, honestidade e solidariedade nos cidadãos. A educação como partícipe na formação do caráter do indivíduo e munida de altos valores éticos e coletivos é extremamente desejável para auxiliar na consolidação de uma cultura informal familiar, midiática e social que seja mais pautada na relação, no compartilhamento e na visão holística, complexa e inteligente de um país, e não somente apenas em seu próprio interesse mercadológico, consumista e individualista.

O ensino politizado não significa ensino “partidariamente” politizado, mas reflete a capacidade da mensuração e considerações de poderes, e qual poder pode haver em cada um para satisfazer e atender às demandas de todos, direta ou indiretamente. O próprio propósito da política cidadã e coletiva deve ser pautado no diálogo constante – base da democracia – e deve ser salutar sobre concordâncias e dissonâncias de pensamentos. Sobre isto Cortella (2015) reflete de forma muito clara e propositiva:

Política não é obrigatoriamente consenso. Consenso é uma parte do ato político, mas não é a única forma de lidar com as diferenças. A palavra consenso, às vezes, passa a sensação de que é necessário reduzir, abrandar as divergências – e, portanto, impedi-las. No meu entender, democracia não é ausência de divergências mediante sua anulação. É a convivência das divergências sem que se chegue ao

confronto. Costumo fazer uma distinção entre conflito e confronto. Conflito é a divergência de posturas, de ideias, de situações; confronto é a tentativa de anular o outro. Assim, considero que não existe conflito militar e sim confronto militar, porque guerras são situações de confronto, nunca de um simples conflito. A intenção numa guerra, num combate, não é convencer o outro, mas vencê-lo pela força e extingui-lo (CORTELLA, 2015, p. 48).

Tais estratégias são justificadas em grande medida por serem pertinentes para se tratar de reflexões e proposições sobre os campos educacionais brasileiros formadores e transformadores das opiniões e da cultura do país e fortes influenciadores do pensamento social.

Esses direcionamentos educacionais complexos e abrangentes são eficazes para o desenvolvimento dos sistemas educacionais, que estão precisando de reformas, investimentos e aprimoramentos de forma contínua e energética, uma vez que a educação está sempre atrelada ao social, político, econômico e cultural, e representa resultado historicamente construído do próprio cotidiano brasileiro em suas contraditoriedades, demandas e desafios refletidos pela realidade atual dos níveis de desenvolvimento ético, técnico e cultural da nação.

### **3. O CIDADÃO COMO PROTAGONISTA NO TEATRO SOCIAL**

É premente a necessidade de que o cidadão, independente de sua origem, etnia, crenças, status socioeconômico, direcionamento político ou tendências ideológicas atue com muito mais intensidade na construção das estruturas e infraestruturas da sociedade de forma ampla e holística.

É preciso que exista a participação ativa, efetiva e colaborativa no desenvolvimento político e social de uma nação, e para tanto é indispensável o ensino desde a idade mais tenra que elenque as prioridades do protagonismo social, político e participativo de todos, com enfoque coletivo, progressista e crítico-reflexivo.

O despreparo de grande parte dos brasileiros em todas as faixas etárias é fruto da falta de informação, acesso, motivação, instrução, conhecimento ou vontade; adjetivos impressos na cultura educacional brasileira com roupagens de medo ou preconceito. E a ética tem um peso de grande importância neste papel; tanto a ética do poder e dos agentes decisores na História como a ética que falta ao cidadão desde as menores considerações aos mais hediondos atos.

Com base em tais pensamentos é que Freire (2002) relativiza o sentido do ensino-aprendizagem politizado, autônomo e ético com seus objetivos na

atualidade, bem como o papel do educando e do educador neste panorama, considerando o indivíduo-cidadão na sociedade como:

[...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um ‘não-eu’, se reconhece como ‘si própria’. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. A ética se torna inevitável e sua transgressão possível é um desvalor, jamais uma virtude (FREIRE, 2002, p. 22).

80 A autonomia e politização intelectual do estudante deve ser entendida, tratada e ministrada como prioridade, assim como estimulada formal e informalmente nos campos da educação, cultura, política e sociedade, sempre com amplitude e clareza prática e conceitual. Para tanto o comprometimento da gestão pública brasileira é indispensável, mas também o é a participação de cada cidadão sem haver exceções.

Os resultados e considerações deste diálogo tem a pretensão de confirmar as possibilidades de se obter mais autonomia e desenvolvimento ético na sociedade brasileira, com base na potencialização do ensino politizado e socializante de forma que garanta maior qualidade e acesso ao conhecimento social, moral, psicológico e relacional em todos os níveis educacionais e, como consequência, transforme e revitalize a ética coletiva, cultural, econômica e política do país.

A educação deve orientar e influenciar o indivíduo de forma clara, coerente e concisa, para que possa se inteirar sobre a importância de possuir e construir em si e em suas ações uma cultura intrínseca e poderosa, pautada na ética e na conscientização nas relações, motivando ao respeito, idoneidade, honradez e caráter elevado e compreendendo a si mesmo como capaz e preparado para se organizar, estudar, intelectualizar, trabalhar, inovar e desenvolver a sociedade apresentando um potencial de crescimento gradual e contínuo.

Tal estado de organização reflete uma alta valorização do cidadão pela educação e concomitantemente gera a necessária autovalorização do ser, sentida e construída por este processo.

O conceito de “valor” para o sistema educacional e para a clientela escolar neste raciocínio significa valorizar primeiramente o próprio aluno, o próprio cidadão, independentemente de suas condições socioeconômicas ou outras,

porém de forma a se sentir importante justamente por estar integrado a um todo, ao social e a um processo de desenvolvimento conjunto no país, sabendo aproveitar a formação que alcançou para o benefício de muitos e para o crescimento de todos, e não apenas de sua própria individualidade.

O ensino politizado, ético, filosófico, consciencioso e socialmente contextualizado fortalece a capacidade emocional e cognitiva do homem no ato da aprendizagem, e dá dimensão afetiva e empática renovada para o indivíduo no que tange a aprender a analisar e encontrar soluções, e, sendo assim, construir possibilidades, criar o novo e superar a mera reprodução do conhecimento em prol da criatividade e do aprofundamento das diversas inteligências que possui o ser humano, beneficiando todo o universo pessoal, intelectual, social, cultural e político.

A autonomia pode e deve libertar e desoprimir, segundo o vernáculo de Paulo Freire, para que o estudante-cidadão tenha mecanismos para aprender a pensar e questionar, mas não apenas para o benefício próprio e sim cumulativamente, obtendo vantagens para toda a sociedade de forma que, quanto mais se investe na educação e conhecimentos qualitativos em um indivíduo, mais ele se torna consciente de que a sociedade carece de sua ajuda e vice-versa em um processo cíclico e interminável, mas que em cada retorno às origens oportuniza a igualdade, harmonia e sustentabilidade econômica, social, ambiental, política e educacional para todos.

Vale ressaltar que cabe a todo o cidadão, bem como aos poderes políticos, aos setores legislativos, instituições educacionais nacionais e órgãos internacionais, privados, públicos ou de terceiro setor, para se propor com interesse e veracidade contribuições sérias e concisas, se fazer cumprir metas e projetos em respeito à educação, assim como propiciar ligações entre as políticas sociais e a economia neoliberal nas questões de recursos, relacionamento aberto e flexível e investimentos maiores pautados em diálogos entre o capitalismo financeiro com as demandas nacionais **“e sociais”** da educação.

Um empreendimento educacional estrutural desta magnitude necessita da participação de todos os poderes e de todos os cidadãos de um país que, engajados e devidamente orientados para o desenvolvimento humano e social junto ao econômico (e não abaixo dele), ofereça a possibilidade da obtenção de alto valor intelectual, ético e também profissional que seriam oferecidos por uma educação mais presente e de qualidade, e, ao mesmo tempo, abrem-se portas de possibilidades de atuar e ascender na vida socioeconômica para conquistar no ambiente de livre mercado seu próprio espaço e conforto, porém, sempre atrelado ao equilíbrio da harmonia social, do respeito incondicional e da ética irrepreensível da coletividade, combatendo incansavelmente a miséria humana em todas as suas facetas.

A ética possui o caráter de direcionamento necessário para as transformações de tal envergadura, e posiciona parcimoniosamente as ações sociais, conforme breve definição de sua eficácia proposta por autores de referência como abaixo:

Considerando que a humanidade reside no fato de o homem ser racional, dotado de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida social, de capacidade para interagir com a natureza e com o tempo, nossa cultura e sociedade nos definem como sujeitos do conhecimento e da ação, localizando a violência em tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto. Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de sujeitos, e proibem moralmente aquilo que nos transforma em coisa usada e manipulada (CROCETTI, 2012, p. 34).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque principal deste trabalho pautou a necessidade do desenvolvimento e a necessária transformação das estruturas sociais educacionais em seus vários direcionamentos, objetivos e estratégias no que tange ao gerenciamento das ações dos poderes públicos sobre as contradições sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais no Brasil, especialmente sobre as complexidades e injustiças que envolvam discriminação de qualquer forma e em qualquer nível e contaminem o desenvolvimento social justo e igualitário.

As propostas aqui se construíram com objetivo de aprimorar as bases e acessos de qualidade para todas as camadas sociais e, concomitantemente, desenvolver estruturas educacionais de ensino-aprendizagem muitíssimo mais reflexivas, autônomas, sociológicas, politizadas e críticas, tanto na educação formal como na cultura geral do país pela educação informal, envolvendo as diversas mídias em sua variedade de dimensões que estimulam, afetam ou manipulam o comportamento individual e coletivo por seu caráter dinâmico e atrativo em seu senso de difusão do saber.

O caminho reflexivo percorrido neste artigo se configurou com base em pesquisas interdisciplinares de revisão bibliográfica com a abordagem e discussão dos pensamentos de autores de referência nos campos da Educação, Filosofia, Sociologia, História e Pedagogia como Paulo Freire, Mário Sérgio Cortella e Zeno Crocetti, a fim de ponderar de forma dialógica sobre a questão educacional como ponto central do desenvolvimento ético e da cidadania no ensino para o atendimento às demandas e especificidades das contradições

sociais, políticas, econômicas e culturais no Brasil. Sobre tais conhecimentos e intervenções interdisciplinares Freire afirma que:

Pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando de 'curiosidade epistemológica'. Freire (2002, p. 32)

É muito abrangente o que se pode denominar como poder educacional. Tanto nos campos públicos como privados é preciso existir fortes estímulos e abordagens estratégicas e conceituais sobre contextos, realidades e conteúdos didáticos e acadêmicos que sejam mais direcionados ao ensino ético e reflexivo e que conscientize, prepare e direcione o cidadão a se tornar agente ativo que lute contra as contradições socioeconômicas e educacionais historicamente construídas pelas quais passa o cidadão, o educador, o educando e grande parte da população no país.

Tais elucubrações e as proposições feitas representam um valor inequívoco para a comunidade científica e as estruturas da educação como um todo, pois os conceitos aqui debatidos sobre propostas, reflexões e tentativas de soluções são eficazes para elevar a educação a novos patamares, e com certeza são possíveis de serem aplicadas com o devido esforço político, educacional, jurídico e social de toda uma sociedade que se considera desenvolvida.

Assim, apresentam a possibilidade de resolver os problemas propostos de maneira gradual e metódica, abordando sistematicamente cada ponto de melhoria a seu tempo e com a dedicação dos setores e personalidades necessários, uma vez que a conjuntura extensa e variada dos problemas educacionais carece da potencialização do ensino formal e da dinamização e fiscalização/ orientação para o ensino informal com caráter engajado, sério, politizado, ético e com critérios de intenso senso coletivo para resolvê-los, muito além do capital, mas enfocados como um só povo e uma gestão comprometida com ele em busca e em resgate da importância do ser junto a sua comunidade.

As considerações sobre a educação política, sociológica e histórica possuir aportes para transformar – quando necessário – a cultura ética de um povo, redirecionando pensamentos, decisões, comportamentos e relacionamentos, são de grande relevância para a mudança de processos estruturais no Brasil, ora engessados, estagnados ou bloqueados por forças maiores ou por calamidades sociais acumuladas – e não atendidas – por séculos, como corrupção, prostituição infantil, fome, criminalidade, falta de moradias e o analfabetismo crônico.

A pretensão aqui foi a de apontar a importância da possibilidade do desenvolvimento consciente, politizado, social e humano dos currículos escolares, das estratégias e didáticas educacionais brasileiras como instrumento efetivo da restauração ética, relacional e coletiva da sociedade, por meio de redirecionamentos verdadeiramente democráticos dos enfoques da gestão educacional pública e privada, que preconize resultados contundentes não apenas com o objetivo voltado à sustentabilidade econômica das instituições e da ascensão socioeconômica individual do cidadão; mas que priorize o desenvolvimento humano e social da coletividade e da nação de forma holística para combater a desigualdade social e erradicar gradualmente as diversas formas de corrupção que, direta ou indiretamente, avassala o Brasil.

É preciso valorizar e investir de forma correta, competente e não hipócrita neste recurso de indiscutível importância que é a educação. Que seja autonomizada, politizada, crítica e reflexiva com o poder de amadurecer a sociedade brasileira nos campos da ética, valores morais imersos em respeito à alteridade, interconexões sociais com forte caráter humanizam-te, para conseguir romper com os múltiplos paradigmas, ações e construções nefastas de discriminação social e preconceitos diversos, palco em que este país vem sendo construído historicamente.

## REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mário Sérgio. **Não Nascemos Prontos**. 19 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2015. 160p.

CROCKETTI, Zeno. **Ética e Cidadania**. 1 ed. rev. Curitiba/ PR: IESDE Brasil S.A., 2012. 88p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 21 Ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. 1 ed. Petrópolis/ RJ: Papirus 7 Mares, 2015. 76p.